

Capital social e comportamento em Cascavel/Pr*

ROSSANA KÁTIA NAZZARI¹

JOSÉ OTALICIO DA SILVA²

Resumo

O capital social sustenta que a participação em associações voluntárias gera normas de cooperação e confiança entre os seus membros e que essas normas são as exigidas para o fortalecimento da democracia e para o desenvolvimento econômico. Assim, este estudo busca verificar os índices de capital social e de associativismo civil, e sua influência no comportamento político dos cidadãos no município de Cascavel/PR. Levando-se em conta elementos estruturais históricos e culturais da formação das crenças e valores locais e conjunturais, que consideram o impacto das mudanças tecnológicas recentes no perfil da sociedade, o presente estudo procura fazer um levantamento do número de associações (religiosas, culturais e de bairros, entre outras) existentes no município. Ao lado disso, utiliza-se de pesquisa de tipo *survey* (440 entrevistas domiciliares), de forma a verificar os estoques de capital social. Para tal fim, examina variáveis como confiança, cooperação e reciprocidade, relacionando-as ao tema do comportamento político. O estudo parte do pressuposto de que a ampliação dos índices de capital social pode colaborar com o desenvolvimento humano, a promoção social e o fortalecimento da democracia.

Palavras chave: capital social; associativismo civil; comportamento político.

Abstract

The social capital supports participation in volunteer association generates cooperation and confidence rules among the members. It also supports these rules are demanded to the democracy strengthening and economic development. Thus, this study aims to verify the social capital and civil association's indexes and their influence in the political behavior of the citizens of the city of Cascavel, PR, Brazil. This study scrutinizes the number of associations (religious, cultural and neighborhood, among others) existing in the city, based in historic-structural and cultural elements for the foundation of local and situational believes and values that consider the impact of recent technological changes in the society profile. In parallel, it uses a survey like research (440 domiciliary interviews) to verify the stock of social capital. Toward this end, it examines variables such as confidence, cooperation and reciprocity, relating them to the political behavior theme. The study is founded in the idea that the expansion of social capital indexes can collaborates with human development as well as to social promotion and to democracy strengthening.

Key words: social capital, civil associations, and political behavior.

Introdução

OS PONTOS PRINCIPAIS DOS DEBATES EM TORNO DO CONCEITO de capital social apontam para três variáveis principais: a confiança, a cooperação e a participação. A confiança alimenta a previsibilidade das relações sociais e gera a cooperação entre as pessoas. A cooperação, por sua vez, alimenta a confiança e a reciprocidade entre os membros das associações e incrementa a participação voluntária, o que torna mais eficiente o comportamento político dos cidadãos. Como observa Nazzari (2003), são os níveis de participação e de organização de uma sociedade que denotam os seus estoques de capital. Sociedades desorganizadas não têm iniciativa e carecem de confiança social, o que dificulta a promoção, o desenvolvimento ou a implementação de qualquer projeto que possa levar à distribuição do bem público e à felicidade coletiva. Quanto menor o nível de organização e de participação de uma sociedade, mais pobre e incapaz ela é para afirmar sua identidade. Pelo estudo de Putnam sobre a Itália (1996), observou-se que em algumas localidades onde havia satisfatórios índices de participação, a democracia funcionava bem e havia prosperidade econômica. Descobriu-se que as comunidades bem sucedidas tinham uma história de organização social, ou seja, possuíam um estoque maior de capital social. Assim, pode-se considerar que a honestidade e a confiança, bem como a observância às leis, são fatores cruciais para a elevação dos estoques de capital social.

Daí a importância de investigar fenômenos que causam a obstrução da ação coletiva, entre eles: o da ausência de transparência na política e o dos efeitos do legado histórico de clientelismo e patrimonialismo. Fenômenos que, por sua recorrência, geram o isolamento dos cidadãos da vida pública, comprometem a sua participação política e a construção da democracia em países como o Brasil, assim como, em outros da América Latina. No entanto, o que se verifica em relação aos países em desenvolvimento é a existência de lacunas nas ciências sociais no que compete aos temas de capital social, comportamento político e associativismo, o que justifica a realização de estudos que visem buscar alternativas para o problema da cooperação social nessas sociedades. Tendo em vista o cenário descrito anteriormente, o objetivo geral deste estudo é de verificar a influência dos estoques de capital social e dos índices de associativismo civil no comportamento político existente no município de Cascavel. Os objetivos específicos são: a) verificar os índices de associativismo civil presente nesta sociedade e, b) medir os índices de capital social (níveis de confiança, cooperação e participação) dos cascavelenses.

Metodologia

Para operacionalizar os objetivos propostos procurou-se, no plano teórico, revisar os conceitos de capital social, associativismo civil e comportamento político. No âmbito empírico, tratou-se de medir os índices de capital social dos cidadãos e suas repercussões na organização de uma sociedade cooperativa, bem como dimensionar a influência do capital social para a estruturação da democracia e do desenvolvimento econômico.

A reflexão crítica será encaminhada por meio de procedimentos qualitativos e quantitativos. Inicialmente, investigam-se fatos e acontecimentos ocorridos no passado de forma a apreender a sua dinâmica histórica e projetar a sua influência na sociedade contemporânea. Posteriormente, utiliza-se a técnica metodológica de levantamento de opinião ou survey, usual nos estudos de capital social. Por meio de questionário com 51 perguntas abertas e fechadas, aplicadas em uma amostra que contemplou 440 entrevistas, levantaram-se dados para testar hipóteses e elaborar teorias relacionadas ao comportamento político dos cascavelenses⁴. Neste sentido, espera-se que as informações da presente pesquisa possam colaborar para verificar a hipótese de que os índices positivos de capital social e associativismo civil podem contribuir para promover a eficácia do comportamento político em uma sociedade.

Para fins deste estudo, considera-se que o capital social constitui uma variável interveniente no processo de definição do comportamento político dos cidadãos. Isto porque o capital social pode ou não modificar as percepções e a leitura que os cascavelenses fazem das associações e das instituições políticas, bem como, do processo de democratização do país. Isto significa dizer que quanto maior o índice de capital social em uma dada comunidade, maior é o interesse pelos problemas coletivos.

Capital Social e Desenvolvimento

As boas instituições e a maior integração e cooperação da sociedade civil podem ser tidas como imprescindíveis para a modernização e a transformação socioeconômica de uma região. Constata-se, nessa direção, que o capital social pode ser produtivo para a vitalidade das instituições democráticas e para a economia. Ao lado disso, uma variável importante dos índices de desenvolvimento econômico atuais está relacionada à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Quanto à questão do desenvolvimento, Fukuyama (1995a) focaliza a confiança como virtude social e criadora do capital social e da prosperidade. O argumento central do estudo de Fukuyama (1995b) parte da idéia de que, os níveis elevados de confiança social geram desenvolvimento econômico, particularmente na transição da economia pós-industrial. O autor define capital social de um país como sendo um conjunto de valores ou normas informais, comuns aos membros de um grupo ou de uma sociedade, que permitem e definem regras de cooperação entre eles. Assim, na estratégia de desenvolvimento de uma nação deve-se levar em conta seu capital moral, que segundo Sen é necessário na promoção da riqueza de um país. Segundo esse economista, “[...] a honestidade do povo, especialmente dos líderes políticos, empresariais e profissionais”, bem como, “a auto-estima elevada e a motivação coletiva para os projetos nacionais têm um papel tão importante quanto os investimentos financeiros” (BUARQUE, 2002, p. 1). Sen (1999) sugere ainda, que uma saída para a situação de subdesenvolvimento de alguns países, se não for alcançada, irá ampliar e aprofundar o “*gap social*”, traduzido pela soturna dupla da concentração de riqueza e da exclusão social. Assim, aponta na direção do capital social como um importante elemento no crescimento equitativo das economias. De acordo com Baquero (2001, p. 36), o capital social surge como uma ponte entre o mundo real e o teórico, na medida em que proporciona um conjunto de recursos inerentes às relações sociais, tornando possível atingir determinados objetivos que não seriam alcançados na sua ausência. Aos olhos do autor, “o capital social é gerado por redes de confiança, que proporcionam o elemento de previsibilidade que está ausente, tendo em vista o baixo estoque de racionalidade formal nos sistemas políticos”. Assim dado a importância do capital social para o desenvolvimento humano, torna-se inevitável a colocação da questão: como estocar capital social?. Rodrigues (2001, p. 2) avalia que o capital social “só pode crescer com a participação das pessoas em organizações, entidades ou grupos que impliquem em transações nos mercados”. Nesta mesma linha de raciocínio, Baquero, (citado por NAZZARI, 2003, p. 53) afirma que

[...] ações cooperativas entre pessoas possibilitam o estabelecimento de uma ordem social justa e eficiente, e que a forma característica que permitiu o contrato social entre indivíduos poderá gerar as bases para um contrato social global entre nações. Ou seja, é necessário construir a cooperação recíproca por meio da participação em associações voluntárias (de que são exemplos as cooperativas) gerando confiança e solidarieda-

de entre seus membros.

O capital social pode ser considerado a base da principal estratégia de desenvolvimento econômico nas próximas décadas. Fukuyama (1995a) considera que as nações mais prósperas serão aquelas que estiverem mais bem preparadas para formar cidadãos dispostos a cooperar para a organização e promoção de associações voluntárias entre as diversas instituições sociais. As formas e os exemplos de capital social são: congregações baseadas na organização comunitária relacionada à participação cívica em questões de meio ambiente; educação e problemas da comunidade de extensões municipais, entre outras.

Putnam (1996) vinculou os níveis de capital social com as possibilidades de incremento do desenvolvimento regional, bem como de resolução de problemas urbanos e diferenças étnicas, e assim, acrescentou maior relevância à abordagem de desenvolvimento econômico. Acompanhando as reformas administrativas regionais na Itália moderna, verificou os efeitos contraditórios da ação coletiva sobre o melhoramento do bem-estar social, mostrando como séculos de diferenças regionais na cultura cívica e nos índices de capital social influenciaram no sucesso das reformas implementadas pelos governos regionais italianos, iniciadas em 1970. Em suma, Putnam relacionou sua perspectiva teórica com os fatores econômicos, culturais e institucionais com vistas a identificar as variáveis subjacentes às acentuadas diferenças de desempenho de diversos governos regionais. A teoria do autor foi formulada a partir do conceito de comunidade cívica, observando-se a associação entre desempenho institucional, desenvolvimento econômico e grau de civismo, ou seja, sua tese é de que quanto mais cívica a região mais eficaz é o seu governo.

Coleman (1988) considera que o capital social é constituído de uma variedade de elementos que incluem alguns aspectos da estrutura social e facilita as ações dos atores com essas estruturas. Portanto, o capital social é inerente às estruturas de relações entre atores, que podem promover a confiança ou a desconfiança no cumprimento das normas e obrigações destas estruturas. As normas são importantes para pressionar a internalização de valores, junto com sanções externas dos membros de outros grupos, para facilitar certas ações altruístas e dificultar outras egoístas diante da natureza do bem público. Assim, normas de confiança e obrigações em relação aos outros podem gerar o bem-estar ótimo devido às crescentes redes de engajamento cívico.

Enfim, a hipótese de Coleman (1990) é de que existe uma complementação entre capital físico-econômico (insumos, infra-estrutura e financiemen-

to), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança). A otimização do capital físico-econômico e do capital humano é alcançada na medida em que as relações de confiança e reciprocidade aumentam na comunidade. Em outras palavras, em duas ou mais comunidades em que o nível educacional das pessoas e os recursos materiais oferecidos são constantes, o que distingue o desempenho de seus membros é a confiança estabelecida que permite mobilização coletiva e maximização dos recursos individuais existentes. Por fim, vale notar que a reciprocidade nas relações manifesta-se no engajamento das pessoas nas redes de relações sociais, culturais e religiosas. A estruturação do sistema econômico e a organização do sistema político têm íntima dependência com a existência da cooperação sistêmica levada avante por uma comunidade cívica e fortalecimento do associativismo civil.

Associativismo Civil

O associativismo civil encontra-se na pauta dos estudos e debates nas ciências humanas e sociais. As pesquisas sobre o tema trazem várias contribuições para as análises do papel das associações civis no início do século XXI. No entanto, a difusão do associativismo é uma manifestação da sociedade moderna, complexa e interdependente. Suas causas principais estão no processo de industrialização, urbanização e instauração do regime democrático. Anteriormente a família e a igreja cumpriam o papel de satisfazer a segurança pessoal e convívio social dos indivíduos, de controle da auto-expressão e da ação coletiva para alcançar determinadas metas. As transformações sociais causadas pela Revolução Industrial reduziram a capacidade das agências de socialização tradicionais para fazer frente a uma série de exigências. Assim, apareceram novas estruturas associativas, para satisfazer as necessidades instrumentais e expressivas dos indivíduos (DUMAZEDIER e GUINCHAT, 1983). Foi a necessidade de companhia e de cooperação entre os homens que os levou à formação dos diversos tipos de associações, tais como: as associações econômicas, comerciais, sindicais, de consumo, entre outras, como garantia de segurança pessoal de sobrevivência no mercado capitalista.

[...] uma associação existe quando certo número de indivíduos comunga certas doutrinas, e quando os seus partidários assumem o compromisso de disseminar aquelas doutrinas e se comprometem a lutar pela realização das causas comuns. Uma associação, assim constituída, teria condições

de unir e canalizar os esforços no sentido do fim claramente escolhido pelos seus membros; teria condições de reunir pessoas que se encontram isoladas no espaço, estendendo, assim, sua influência, e, além disso, teria condições de propiciar a reunião de seus partidários em “corpos eleitorais”, de modo que pudessem escolher seus delegados para assembleias mais amplas. Assim, poder-se-ia dizer, as associações formariam “uma nação separada, no meio de uma nação”. Neste caso, embora seus delegados não tivessem o poder de fazer as leis, teriam o poder moral muito grande para atacar as leis que se encontram em vigor, e para sugerir as leis que devam ser promulgadas (SILVA, 2004, p. 101).

No âmbito político e cultural as organizações associativas são formas essenciais de capital social. Quanto mais desenvolvidas forem numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo. Assim, o associativismo civil gera a participação cívica, que colabora, no caso dos países da América Latina, para diminuir a força negativa das relações clientelistas de permuta vertical e obrigações assimétricas. Desta forma, o capital social pleiteia confiança interpessoal e obrigações recíprocas entre os membros das associações e grupos da comunidade.

Nesta direção, observa-se que o clientelismo é uma forma de amizade contraditória com as questões coletivas. Por ironia, esta contradição pode ser observada quando se destaca que os vínculos interpessoais fortes, tais como: parentesco e íntima amizade, são menos importantes do que os vínculos fracos, tais como conhecimentos e afiliação às associações secundárias para sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva. A afiliação a grupos horizontalmente organizados deve estar positivamente relacionada com o bom desenvolvimento governamental, rompendo com os fatores que causam obstrução da ação coletiva. “O associativismo horizontal, fruto de confiança, normas e redes de solidariedade, produziria relações cívicas virtuosas, ao passo que o associativismo vertical é dominado por desconfiança e ausência de normas transparentes, faccionismo, isolamento,” (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 69).

Segundo Viana (2005) o associativismo civil pode ser analisado por meio do debate sobre a democratização, globalização, cultura política, identidade, terceiro setor, diversidade, entre outras. Nas ciências sociais os estudos sobre associativismo civil buscam entender como surgem, funcionam e atuam estas organizações. Observa-se como se dá o processo reivindicatório das demandas destas organizações em relação ao Estado, com o sistema político, com a sociedade civil, quanto à forma e conteúdo de sua atuação. Para tal, utiliza-se

o conceito de capital social, mas procura-se levar em conta as teorias sociológicas da dádiva e do estado nascente. Estas teorias destacam que, entre as motivações que são atribuídas à constituição dessas organizações associativas está o movimento do voluntariado, a luta pelo bem comum, a união em prol da solidariedade e o resgate da cidadania.

[...] o discurso da dádiva como um impulso para a solidariedade e luta para o bem comum e, o estado nascente como tomada de consciência e rompimento com o *status quo*. Esses dois conceitos se fazem bem presentes nos discursos e análises contemporâneas. Um exemplo foi a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida do sociólogo Hebert de Souza. Essa campanha foi fundamentada nos ideais de solidariedade, liberdade, ética e de rompimento com a indiferença em relação à miséria (VIANA, 2005, p. 2).

Observa-se que as teorias da dádiva e do estado nascente podem auxiliar na verificação sobre a natureza do associativismo civil, isto é, no que essas teorias contribuem para clarear problemática em questão. No entanto, faz-se necessário conceituar o associativismo civil. Assim para Bobbio,

[...] o conceito de associacionismo voluntário, está centrado na idéia de associação voluntária de pessoas, ‘que perseguem interesses mútuos e pessoais ou então escopos coletivos, [...] cujas causas mais destacada que determinam o desenvolvimento do fenômeno associativo devem ser procuradas no processo de industrialização e de urbanização e na instauração dos regimes democráticos (BOBBIO citado por VIANA, 2005, p. 3).

Para Viana (2005, p. 3) o associativismo civil pode ser considerado, então, como a “[...] união voluntária de indivíduos que formam associações civis sem fins lucrativos”, a fim de buscarem um caminho melhor para suas demandas e reivindicações junto ao poder político e a sociedade como um todo. “[...] Sobre o conceito de associações civis, segundo Weber, uma associação só existe se há um grupo de pessoas designadas a agirem de tal maneira a expressar o verdadeiro significado das leis/regras que governam este grupo”.

Para Dumazedier e Guinchat (1983), as organizações voluntárias consistem em grupos formais livremente constituídos, aos quais se tem acesso por própria escolha e que perseguem interesses mútuos e pessoais ou então escopos coletivos.

O fundamento desta particular configuração de grupo é sempre normativo, no sentido em que se trata de uma entidade organizada de indivíduos conjugados entre si por um conjunto de regras reconhecidas e repartidas, que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes, com base em determinados modelos de comportamento oficialmente aprovados (DUMAZEDIER e GUINCHAT, 1983, p. 64).

As associações civis sem fins lucrativos são: formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas. Estas entidades são criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas de interesse mútuo. Em geral, define-se pela busca da melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução comunitária, entre outros. “Inclui-se nessas as associações de moradores, ONGs, grupos de mútua-ajuda, grupos de jovens, mulheres, étnicos, ecologistas e outros” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 15).

O associacionismo voluntário tem uma estrutura formal centrada em relações de tipo secundário, juntamente com um informal que procede da interação espontânea de personalidades e de subgrupos existentes dentro dela e que está centrada em relações de tipo primário (DUMAZEDIER e GUINCHAT, 1983). As associações diferem-se pelo grau de organização, critério de seleção dos membros, nível de envolvimento pessoal dos participantes para elaborar estratégias difusas ou específicas. Além disso, as associações voluntárias podem ser classificadas com base nas principais funções que elas desempenham ou nos interesses prevalecentes que as originam, que podem ser culturais, recreativas, religiosas, profissionais, econômicas, políticas, entre outras (DUMAZEDIER e GUINCHAT, 1983).

Nem sempre as metas iniciais das associações prevalecem. Os sócios podem criar finalidades secundárias, que podem alterar, com o tempo, a constituição inicial da associação, por isso interessa identificar as funções manifestas tanto quanto as latentes. Em geral as associações proporcionam aos sócios incentivos e gratificações a participação e lealdade dos sócios, além disso, para funcionar bem deve ter um controle das atividades desenvolvidas e uma boa rede de informação. Entretanto, um aspecto problemático das associações consiste em que quando a associação toma elevadas proporções quantitativas, elas tendem a concentrar-se mais na organização do que a qualidade da participação dos envolvidos. Um bom exemplo são as grandes cooperativas, que se transformaram em empresas e perderam seus princípios solidários iniciais.

Como mediadoras das relações entre os indivíduos e o Estado, as associações são consideradas essenciais para a democracia, com papel de mantenedoras do equilíbrio do poder central e como instrumento para a compreensão das questões políticas e sociais.

A função mediadora das associações voluntárias, estabelecendo uma relação concreta entre a sociedade e indivíduo, dá aos membros uma série de satisfações psicológicas, que pode permitir a cada pessoa um maior conhecimento do papel que desempenha no âmbito da sociedade. Tal interpretação é sustentada por Mannheim e outros que especificam nos grupos livremente escolhidos um dos meios principais para o progresso do desenvolvimento individual (Dumazedier e Guinchat, 1983, p. 65).

Pode-se assegurar que as associações são frutos dos estoques de capital social de uma dada comunidade e que, na dimensão individual, elas se ocupam com o resgate da identidade cívica e da auto-estima dos indivíduos por meio do exercício da confiança social (interpessoal e institucional). Na dimensão individual, as associações incentivam o sentimento de confiança na previsibilidade do comportamento do outro. Sentimento de confiança que, por sua vez, favorece a cooperação sistêmica na dimensão social, promove o aparecimento de uma comunidade com interações cooperativas e amplia o envolvimento da participação das pessoas na dimensão institucional, possibilitando, assim, o fortalecimento da possibilidade da boa governança e do bom uso dos recursos públicos.

O Associativismo Civil no Brasil

O associativismo horizontal de uma comunidade pode indicar o fortalecimento da democracia no país. Os estudos sobre capital social podem fornecer alternativas para a ampliação da participação dos cidadãos no processo político e desenvolvimento. O amadurecimento da sociedade e do Estado requer o acréscimo das organizações associativas, mobilização social e participação política.

Para Viana (2005, p. 2) “[...] o associativismo civil brasileiro têm sido considerado por muitos estudiosos um fenômeno que vem trabalhando, em sua maioria, na contribuição do crescimento do processo democrático”. Diversos atores e movimentos sociais inspiraram novas estratégias de convivência social e ações coletivas e formas de organizações da sociedade civil.

A noção de um associativismo forte e articulado no Brasil ainda é algo que vem se constituindo, mesmo que de forma tardia. O diagnóstico acerca deste fato, estabelecido por Avritzer (1997), parte da análise de uma debilidade do associativismo latino-americano em uma perspectiva histórica. Este diagnóstico ressalta que, desde a época colonial, as práticas associativas estiveram atreladas a bases homogeneizantes – religiosas e até mesmo raciais - e não partiram de uma incorporação da pluralidade social *a priori* (LINHARES, 2004, p. 1).

Linhares (2004, p. 1), considera que o “[...] aumento da população de imigrantes e o decréscimo da população escrava em muito contribuíram para o desenvolvimento de relações societárias distintas”. Neste sentido, observa-se a possível integração, ainda que incipiente, de “[...] identidades e culturas diferenciadas dentro da ação coletiva”, fatores que se delinearão a partir da formação do Estado-nação, contribuíram com a propensão ao associativismo.

Avritzer (1997, p. 157), estima que a América Latina é marcada por um associativismo débil “[...] devido às próprias concepções dos atores acerca das suas formas de ação, concepções essas, marcadas pelas formas específicas de organização societária prevalecentes naquele momento”. Somente na “[...] segunda metade do século XX que ocorreram os primeiros indícios de constituição de um associativismo civil débil, porém baseado em modernas formas de ação.”

No Brasil, o interesse sobre a importância do associativismo cooperativo foi aprofundado com a democratização da política e abertura econômica nos anos de 1970. A partir de então, as novas formas reivindicatórias da sociedade civil brasileira apontam para o incremento do associativismo cooperativo, que crescentemente substituem as agências de representação política tradicional (partidos e sindicatos), por associações comunitárias, culturais, tradicionalistas, ambientalistas, entre outras com características por vezes locais e por outras globais.

[...] No processo de democratização há significativas alterações na sociedade civil, uma delas, é o aparecimento de novos atores e intérpretes sociais na luta pelos seus direitos, como os movimentos ecológicos, de mulheres, étnicos, etc. Estes movimentos são uma forma de luta alternativa que substituiu a representatividade falida dos partidos políticos (SCHERER-WARREN, 1996, p. 19).

Assim, Baierle (2000), destaca que o novo associativismo brasileiro é provocado pela necessidade de incorporação das pessoas nas cidades, bem como à ascensão da cidadania, fatores que abrem espaço para a construção da democracia e para a participação política. O associativismo, nesta ótica vem para solucionar o problema de organização da sociedade civil, no sentido de permitir a canalização das demandas populares para as esferas de decisão política, em torno de necessidades básicas da vida nas cidades.

Logo, configura-se como uma forma de ação coletiva urbana que se volta para questões de primeira necessidade de vida e de bens materiais. [...] A trajetória do associativismo no Brasil, portanto, parte de uma base homogeneizante religiosa ou econômico-social, passa pelo corporativismo, dentro de um regime populista, até a configuração de novas práticas associativas pluralistas ou pelo “novo associativismo” (LINHARES, 2004, p. 2-3).

É em virtude dessa importância do associativismo enquanto fator interveniente no comportamento político, que o presente estudo busca analisar o perfil do associativismo civil em Cascavel, no sentido de verificar as tendências da vida associativa local, para relacionar os diferentes tipos de associações civis com suas práticas políticas e sociais. Assim, tendo como pano de fundo estas considerações, o próximo item procura revelar a influência dos índices de capital social e associativismo civil sobre o comportamento político dos cidadãos.

Comportamento Político

Os comportamentos políticos se produzem nas relações intergrupais, usando principalmente as seguintes categorias analíticas: valores, crenças, representações sociais, participação em organizações da sociedade civil. O conjunto de pesquisas se subdivide em quatro vertentes: numa estudam-se as ações coletivas e os movimentos sociais; na outra se dedica atenção ao comportamento eleitoral e aos determinantes do comportamento político; a terceira centra-se no estudo da socialização política; e por fim uma quarta dedica-se ao estudo de aspectos da cultura política (GPCP, 2004, p. 2).

Por meio do estudo da cultura política, pode-se conhecer as dimensões subjetivas e psicológicas do comportamento político em geral e, particularmente, do comportamento eleitoral. O comportamento político de uma socie-

dade pode ser conhecido por meio de pesquisas científicas e técnicas que permitem conhecer o eleitorado e as relações existentes entre as opiniões sobre democracia e a cultura política existente.

A cultura consiste nas representações coletivas, as quais eventualmente influenciam as disposições subjetivas das pessoas em relação aos conflitos participação democrática. Em nível macro, cultura política se refere aos símbolos e valores que definem as relações coletivas, tipicamente a nação ou estado. Em nível médio estão as regras de como se organiza a coletividade no âmbito das disputas políticas. No nível micro se funda a política normal, esfera que dá forma à identificação dos indivíduos com os valores (STREET, 1993, p. 103). Almond e Powell (1966, p. 50-72) explicam Cultura Política em termos de seu relacionamento com as capacidades do sistema político. E colocam que, nas novas sociedades, é comum o ‘dualismo cultural’ entre uma pequena elite modernizada ou socializada nas orientações específicas, universalistas e pragmáticas que tipificam a ‘cultura moderna’, enquanto a vasta maioria permaneceu amarrada a padrões de tradição rígidos e atributivos (CHILCOTE, citado por NAZZARI, 2003, p. 31-2).

A cultura política é uma ferramenta que faz uma ponte sobre a distância entre os estudos do indivíduo e os estudos do sistema político como um todo. Pye citado por Nazzari (2003, p. 32) considerava que a cultura política fornece “[...] um domínio subjetivo e ordenado da política”:

[...] Assim, a cultura política é produto tanto das histórias coletivas como das histórias de vida individuais. Ela brota de aprendizagens conscientes sobre a política. Analiticamente, ela dá uma forma de análise do comportamento para termos como ideologia, espírito nacional e valores das pessoas (CHILCOTE citado por NAZZARI, 2003, p. 32).

Verba inclui, na sua análise sobre cultura, as crenças que se identificam com a política, com a nação-estado, com as representações de seus cidadãos, e a eficiência das operações e *outputs* governamentais e o *input* político (CHILCOTE, 1998). A interpretação da teoria sobre cultura política se deu em dois níveis específicos de estudos empíricos: o primeiro remete aos estudos sobre comunicação e o segundo verifica pesquisas de socialização. O comportamento político se inscreve nesta perspectiva dos estudos que combinam cultura e

personalidade. Levando-se em conta fatores conjunturais, o comportamento político tem sua natureza e direcionamento condicionado pela confluência de uma diversidade de fatores e processos.

Entre estes fatores e processos, destacam-se: os fundamentos do poder político, as instituições políticas (partidos, sindicatos e associações), a cultura política (socialização política e influência da mídia), o capital social (associativismo), a participação e representação política nas questões da democracia (delegativa, representativa e direta), cidadania e empoderamento. Na atualidade abrange estudos que ampliem a participação das pessoas em questões referentes ao envolvimento dos cidadãos na ampliação dos bens públicos, para melhorar a qualidade de vida das famílias, saúde e meio ambiente no sentido de contribuir com o desenvolvimento humano sustentável (GPCP, 2004, p. 3).

A participação política é fundamental para a consolidação da democracia no país, acredita-se que pode ser incentivada com a elevação dos estoques de capital social e associativismo civil.

Capital Social e do Associativismo em Cascavel

Caracterização do município

A experiência histórica do município de Cascavel está ligada à agricultura e aos caminhos de passagem entre as regiões do Estado do Paraná, razão pela qual era conhecida por “Encruzilhada”. Sua vocação no século XXI se configura como de prestadora de serviços educacionais, de saúde e comerciais. As cidades vizinhas têm como referência sua estrutura econômica e social. Cascavel é uma cidade jovem, com 53 anos, localiza-se na 6ª micro região do Estado do Paraná e seus limites com município vizinhos.

Em relação ao perfil demográfico de Cascavel, pode observar que a cidade apresentou uma evolução acentuada entre as décadas de 1960 e 1980. Segundo dados do IBGE (2005) e da Prefeitura Municipal de Cascavel (2005, p. 2) “[...] o crescimento verificado no período de 1960 a 1970 de 127,08% e 81,78% no período de 1970 e 1980”.

Um exemplo é que em 1960 a população urbana era de 5.274 habitantes no perímetro urbano contra 34.324 na zona rural, em 2000 observa-se a ace-

lerada urbanização que demonstra 228.673 habitantes no perímetro urbano contra 16.696 no rural. Ao mesmo tempo em que a cidade se expandia, aumentava também, o número de habitantes e de bairros. Assim, segundo dados da prefeitura Municipal de Cascavel (2005, p. 3), a divisão de bairros (Lei Municipal nº 2.205/91) e o Censo IBGE do ano 2000, “[...] a maior densidade demográfica ocorre no bairro Guarujá com 6.200 habitantes por quilômetro quadrado, seguido do bairro Floresta com 5.110 habitantes por quilômetro quadrado.”, destaque da Figura 1 a seguir:

Figura 1. População de Cascavel por Bairros

Bairro	População/2000	Dens. Demográfica hab/Km ²
1. 14 de Novembro	3.892	2.460
2. Alto Alegre	7.817	2.990
3. Brasília	9.743	3.900
4. Brasmadeira	5.448	2.300
5. Canadá	2.547	540
6. Cancelli	4.225	3.580
7. Cascavel Velho	6.904	3.260
8. Cataratas	5.621	1.940
9. Centro	22.013	3.960
10. Ciro Nardi	1.715	2.500
11. Claudete	4.969	2.100
12. Coqueiral	6.695	4.190
13. Country	2.459	1.390
14. Esmeralda	1.358	620
15. Floresta	12.088	5.110
16. Gramado	1.531	3.410
17. Guarujá	6.914	6.200
18. Independência	1.601	1.920
19. Interlagos	10.588	4.030
20. Maria Luiza	4.732	2.830
21. Morumbi	4.059	1.030
22. Neva	3.774	4.470
23. Nova Cidade	3.944	3.070
24. Pacaembu	1.896	1.550
25. Parque São Paulo	8.572	3.430
26. Parque Verde	4.746	2.990
27. Periollo	9.681	4.610
28. Pioneiros Catarinenses	2.810	1.250
29. Presidente	3.541	1.070
30. Recanto Tropical	2.922	1.940
31. Região Do Lago	5.189	1.040
32. Santa Cruz	11.672	3.580
33. Santa Felicidade	7.635	2.740
34. Santo Onofre	3.219	2.260
35. Santos Dumont	1.819	1.250
36. São Cristóvão	10.163	3.360
37. Universitário	9.479	1.690
38. Vila Tolentino	6.786	4.340

Fonte: IBGE citado pela Prefeitura Municipal de Cascavel (2005).

Percebe-se que os bairros: Canadá e Esmeralda, são os que concentram maior contingente populacional, “[...] com 540 e 620 habitantes por quilômetro quadrado, respectivamente”. Estes dados foram utilizados para amostra deste estudo a fim de se verificar os índices de associativismo civil em Cascavel. Na Figura 2 a seguir pode-se verificar que houve um maior crescimento da população nas faixas etárias acima de 40 anos, entre 1991 e 2000.

Figura 2. População por Faixa Etária

CENSO 1991 – 2000			
Faixa Etária	1991	2000	Crescimento (%)
0 À 4 Anos	23.406	23.470	0,27%
5 à 9 anos	22.402	25.216	12,56%
10 à 14 anos	21.234	25.123	18,31%
15 à 19 anos	19.846	24.835	25,14%
20 à 39 anos	68.142	85.532	25,52%
40 à 59 anos	28.447	45.891	61,32%
60 à 69 anos	6.284	9.391	49,44%
70 à 79 anos	2.560	4.518	76,48%
80 Anos Ou Mais	669	1.393	108,22%
Total	192.990	245.369	27,14%

Fonte: IBGE (2005).

Em geral, observa-se que no final da década de 1960, com a modernização conservadora da agricultura e com a urbanização acelerada, Cascavel passa de cidade com economia essencialmente do setor primário (agricultura), para o terciário (de prestação de serviços), o que muda de forma significativa seu perfil demográfico e socioeconômico, agravando os problemas sociais advindos destas alterações e ampliando a atenção das políticas públicas.

Segundo IBGE (2005) até 2000 a população masculina correspondia a 48,75%, enquanto a feminina a 51,25% do total da população. A população branca no município de Cascavel correspondia a 78,26%, seguida pela população parda que correspondia a 18,51%. Observou-se que 77,68% dos cascavelenses eram católicos, seguidos pelos evangélicos, que correspondiam a 16,72%, segundo Figura 3.

Segundo o censo 2000, 35% da população têm entre 4 a 7 anos de estudo, o que corresponde ao ensino fundamental. Porém, cresceu a inserção dos cascavelenses no ensino médio e superior, devido à expansão da Faculdade e Universidades na região oeste do Paraná. Cascavel se tornou pólo regional gerador de serviços educacionais. A população economicamente ativa do

município corresponde a 50,02% da população total, 71.979 são de homens e 50.758 são de mulheres, totalizando 122.737 de pessoas. Cinquenta por cento da população com rendimento recebe, nominalmente, até dois salários mínimos mensais, de acordo com o censo 2000. Verificou-se que houve um maior crescimento da população nas faixas etárias acima de 40 anos, entre 1991 e 2000.

Importante destacar que houve um acréscimo no eleitorado acima de 70 anos em mais de 70%. No geral, em uma década a população de Cascavel aumentou 27,14%. Assim pode-se observar que juntamente com o crescimento e envelhecimento da população houve igual tendência em relação ao eleitorado como se destaca na Figura 4.

Figura 3. População por Religião em Cascavel Pr.

CENSO 2000	
Católico Apostólico Romano	190.611
Evangélicas	41.028
Espírita	1.909
Umbanda E Candomblé	102
Judaíca	-
Religiões Orientais	163
Outras Religiosidades	1.755
Sem Religião	6.465
Não Determinadas	816
Total	245.369

Fonte: IBGE (2005).

Figura 4. Eleitorado por Sexo e Faixa Etária

CASCAVEL – MAIO/2004				
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Não Informado	Soma
16 Anos	1.169	1.182	-	2.351
17 Anos	1.548	1.376	-	2.924
18 A 20 Anos	6.275	6.261	-	12.536
21 A 24 Anos	9.454	9.523	-	18.977
25 A 34 Anos	20.356	21.973	-	42.329
35 A 44 Anos	17.761	20.032	115	37.908
45 A 59 Anos	16.855	18.374	168	35.397
60 A 69 Anos	5.041	5.455	65	10.561
70 A 79 Anos	2.823	2.846	27	5.696
Inválida	2	3	-	5
Sup A 79 Anos	634	535	9	1.178
Total	81.918	87.560	384	169.862

Fonte: TRE-PR (2005).

Observa-se que entre os eleitores cascavelenses, a maioria destes se concentra na faixa etária de 25 a 34 anos, seguida pela faixa etária de 35 a 44 anos, em relação ao gênero as mulheres têm índices um pouco superiores.

Nesta direção destaca-se que, juntamente com a expansão demográfica e do eleitorado houve ampliação das atividades econômicas, também se ampliou o número de associações filiadas a UCAM (União Cascavelense de Associações Municipais). Tendo em vista os aspectos estruturais que definem o perfil de Cascavel, no próximo item faz-se uma análise do índice de associativismo civil em Cascavel.

Associativismo Civil em Cascavel

A UCAM aparece como proposta de resistência da comunidade contra a ampliação das forças de mercado e exclusão social verificadas no município, congregava objetivos para promoção da qualidade de vida e participação popular. Segundo UCAM (2005) existem em Cascavel 104 associações, registradas são 98, que apresentam algum tipo de representação são 57 com baixos índices de participação dos membros, na maioria das vezes a atuação, quando existe, fica a critério da diretoria, que conta em média com dez pessoas, uma estimativa de 980 pessoas que participam efetivamente. As associações registradas, existentes em Cascavel, na maioria, em áreas tais como: cultura, esporte, religião, profissionais e comerciais. No entanto, pouco tem avançado no sentido de ampliar a participação dos cidadãos nas esferas de decisões públicas, pois apesar de existir formalmente, a participação é débil e insuficiente para promoção do autêntico associativismo civil e comunitário. Por sua vez, em relação às cooperativas, detectou-se 16 registradas no cadastro do município. Entre as cooperativas registradas que atuam preferencialmente nas áreas de crédito, saúde e principalmente do setor agrícola. Comparando-se estes números aos de habitantes do perímetro urbano temos índices de associativismo civis extremamente baixos, ou seja, apenas 0,43% da população participa das associações de bairros. Percebe-se que os cascavelenses não utilizam os canais associativos para promoverem a ampliação de sua qualidade de vida, pois, ao mesmo tempo em que percebem como principais problemas a serem enfrentados: o desemprego, seguido da saúde, segurança e corrupção, não empreendem esforços nas atividades associativas para buscarem soluções para os problemas da comunidade. Neste sentido, o próximo item procura verificar os índices de confiança em Cascavel, que podem contribuir para entender o comportamento político de seus cidadãos.

Confiança entre os Cascavelenses

Entende-se por confiança interpessoal a confiança nas pessoas em seus relacionamentos cotidianos, envolvendo as relações com os membros da família, amigos, professores, vizinhos⁵, entre outros grupos de referência para os indivíduos. Por isto, é mais difusa que a confiança institucional. Por sua vez, a confiança institucional é relacionada à credibilidade das instituições políticas, econômicas e sociais⁶. Ambas fazem parte da confiança social, que, para Durkheim, gera cooperação e alimenta mais confiança (NAZZARI, 2003). Neste sentido, a finalidade estratégica de ação coletiva sugere que se considere o capital social em duas distinções: capital institucional, que se refere aos elementos estruturais (tarefas, regras, procedimentos e organizações que facilitam mutuamente o benefício da ação coletiva), e o capital relacional, que se refere aos valores, atitudes, normas, crenças que predisõem os indivíduos para cooperar com os outros membros da comunidade (KRISHNA, 2000).

Destaca-se que as cinco esferas institucionais básicas na análise do conceito de capital social são: a família, a religião, a economia, a política e as leis. As esferas institucionais podem ser diferenciadas em vários aspectos: 1) no aspecto que revela e separa tipos de associações dentro de determinadas atividades de igual importância; 2) no aspecto que distingue tipos e lugares de categorias associativas de pessoas por laços profissionais e divisão de trabalho; 3) no aspecto de distinção por símbolos (crenças, ideologias, mitos, estilos lingüísticos e normas); 4) quando separadas por meio de trocas de sistemas e de símbolos (o discurso dos atores, as expressões, o sistema de valores), elementos que promovem sistemas de conexões entre os atores e ações específicas e legítimas destes em cada esfera institucional; e 5) quanto à utilização dos meios de comunicações que propiciam a algumas instituições um certo grau de autonomia cultural “[...] e podem promover trocas com outras associações e contextos” (TURNER, 2000, p. 97-98). Nos países em desenvolvimento, a democracia não tem conseguido resolver problemas de natureza social, enfrentando um processo de deslegitimação, conforme (PARGA, 2001). Os fatores que contribuem para o desencanto com a política, instituições e dirigentes são desencadeados pela cultura política fragmentada, pela ineficiência da gestão pública, corrupção, ausência de participação política desconfiança. Neste estudo observa-se que, os entre os cascavelenses a esfera política é, também, vista de forma mediana e negativa (50% ou mais, para todas as categorias).

A família é a campeã da confiança entre os entrevistados, a esfera do trabalho mostra-se mais promissora que o ambiente escolar em relação à confiança nas relações sociais. A comunidade e estranhos mostram índices de confiança mediano. Assim, é na esfera pessoal que se observa predisposição ao desenvolvimento de confiança recíproca. Neste sentido, Galston, citado por Baquero e Baquero (2005, p. 141), coloca que os entrevistados, por um lado, “têm confiança em atos personalizados, cujas conseqüências podem ver por si próprios” e, por outro lado, não confiam em ações coletivas, notadamente nas instituições públicas, “cujas conseqüências eles vêem como remotas e impossíveis de controlar”. Em suma, observa-se a existência de um consenso nos meios acadêmicos de que a instrumentalização de um sistema de crenças, valores e crédito nas instituições políticas e nas pessoas pode contribuir para o aperfeiçoamento da democracia e elevação dos índices de capital social. No entanto, no geral, as atuais pesquisas de opinião apontam para o desgaste generalizado da confiança dos cidadãos nas instituições políticas brasileiras. Somente a família e o círculo de amigos são os principais referenciais de confiança dos cascavelenses, porém esta confiança não se expande para outros laços sociais e comunitários.

A inexistência de uma confiança generalizada na política não favorece padrões de comportamento político participativo. O Exército apresentou índices satisfatórios de confiança, o que pode significar traços autoritários nas crenças dos cascavelenses. Por sua vez, a Igreja aparece como é a campeã de confiança, com 68,2% dos resultados, isto pode ser justificado pelo discurso de solidariedade e pela atitude de “acolher as pessoas” dos seus representantes, pois, enquanto o mercado e a sociedade excluem a Igreja exerce um papel notadamente contrário, ou seja, de ajuda mútua.

Outrossim, nos demais resultados da pesquisa, detecta-se que, a maioria (73%) não costuma discutir os problemas da comunidade com seus vizinhos, 88% nunca se informam sobre os projetos em tramitação na Câmara Municipal. Apesar dos baixos índices de confiança e participação institucional, e dos níveis medianos de cooperação, os cascavelenses (95,3%) gostariam de ser consultados sobre os assuntos da comunidade ou País. Percebe-se que existe uma inclinação para a discussão, mas que não se materializa num comportamento de participação efetiva. A ausência de participação pode ser justificada pela falta de mecanismos estratégicos que estimulem e incentivem a promoção de debates e discussões que poderiam contribuir na resolução de problemas imediatos e locais da comunidade. Porém, sabe-se que, o en-

volvimento dos cidadãos é fundamental para o processo de fortalecimento democrático de um País.

[...] o que é relevante para o indivíduo incide também na vida da coletividade dentro de um contexto de um contrato social, onde a coletividade se sobrepõe ao indivíduo. São as instituições políticas que asseguram a manutenção da ordem e da paz de um sistema político. Os cidadãos aceitam e obedecem a estas instituições e suas regras, na crença e na expectativa de que esse comportamento é benéfico para a comunidade como um todo. É dentro dessa linha de raciocínio que se começa a entender a importância do desenvolvimento de uma base normativa de apoio à democracia. Sem essa base o risco é o desenvolvimento de uma cultura política que se caracteriza pela desconfiança e, principalmente pela apatia e indiferença dos cidadãos em relação à política e suas instituições (BAQUERO e BAQUERO, 2005, p. 140-1).

A cultura política de desconfiança, que promove a apatia e a indiferença dos cidadãos pode ser fator negativo no processo de consolidação democrática. De modo geral, observa-se uma falta de confiança generalizada, por parte dos cidadãos, nas instituições, na política, nos seus representantes, governantes e pessoas. Estes elementos apontam para índices extremamente baixos de capital social no município de Cascavel, e não é de se admirar que isto se reflita nos baixos índices de participação em assuntos de interesse da coletividade, como se observa a seguir.

Participação Política em Cascavel

Segundo os teóricos Putnam e Coleman, entre outros, são os níveis de participação e de organização de uma sociedade que denotam os estoques de capital social desta. Para estes autores, se a sociedade não está organizada e não tem iniciativa, se não existe confiança social entre os grupos, não se pode ter desenvolvimento ou implementação de qualquer projeto que possa levar à ampliação do bem público e da felicidade coletiva. Segundo Nazzari (2003, p. 101-2) o capital social sustenta as relações sociais. “Portanto, se a sociedade não for organizada e seus níveis de confiança forem baixos, as pessoas não vão confiar umas nas outras, não vão associar-se, cooperar e nem participar

das questões políticas emergentes para o desenvolvimento das comunidades em que vivem”.

A maior participação na vida cívica não somente contribui para a formação dos cidadãos, mas propicia um contexto de confiança social na nação. A participação poderia possibilitar o desenvolvimento de confiança e propiciar que as experiências de âmbitos restritos levem a participação em grupos mais organizados para a valorização do coletivo, “[...] que podem estimular predisposições positivas em relação à eficácia política de cada cidadão” (BAQUERO, 2001, p. 40).

Assim, torna-se pertinente examinar as predisposições dos cascavelenses em participar de atividades associativas, pois pode ser um indicador de eficácia política. Com este propósito, os cascavelenses foram argüidos sobre sua participação em atividades coletivas.

Participam mais de associações religiosas (34%), conselhos escolares (23%) e passeios (19%). A participação em conselhos escolares pode indicar a predisposição dos pais em participarem da educação de seus filhos. A participação política e comunitária apresentou índices entre 1% a 8% confirmando a baixa participação nas associações indicada pela UCAM. Estes dados extremamente baixos não são diferentes dos resultados das pesquisas em nível nacional e de outras regiões. Assim, o que pode se destacar é que o desgaste da esfera política se reflete nos índices de participação em atividades políticas e na cooperação social.

Neste sentido, a análise dos índices de cooperação entre os cascavelenses pode indicar níveis de reciprocidade e engajamento em associações, o que, por sua vez, poderá possibilitar a compreensão sobre como criar mecanismos que elevem os estoques de capital social na sociedade.

Cooperação

A cooperação é um conceito importante para os estudos do capital social. É também uma característica constitutiva do ser humano. “O debate sobre a propensão cooperativa ou competitiva do homem assinala que a competição pode ser útil para dinamizar ambientes econômicos, mas isto não quer dizer que a competição seja inerente à natureza humana” (NAZZARI, 2003, p. 98).

Quando as estruturas são hierárquicas e verticais, autoritárias e autocráticas, estimula-se a competição. No entanto, quando “os espaços são democráticos, favorecendo a participação e a organização em redes, a tendência é

do desenvolvimento de procedimentos que estimulem a cooperação” (AED, 2003, p. 22). Assim, quando os laços de solidariedade e de reciprocidade ficam comprometidos, a possibilidade de desenvolvimento econômico, bem como de consolidação da democracia, fica comprometida. Um exemplo pode ser o desenvolvimento dos “tigres asiáticos” que possuem crenças e valores de honra que desencadeiam manifestações cooperativas.

Dada a sua importância para organização social, neste estudo verifica-se a percepção dos entrevistados sobre a cooperação. Em Cascavel estes índices não indicam níveis de reciprocidade e engajamento dos cidadãos. Nota-se uma percepção mediana que pode promover, no futuro, a compreensão sobre a importância de um comportamento cooperativo para criar mecanismos que colaborem na elevação dos estoques de capital social na sociedade.

Percebe-se a existência de uma pré-disposição para a cooperação, porém acredita-se que os baixos índices de confiança e participação são um forte obstáculo para o fortalecimento de sentimentos de reciprocidade nos cascavelenses.

Os baixos índices de estoques de capital social reforçam a fragilidade das instituições democráticas no Brasil e não favorecem a implantação de programas institucionais eficazes para o desenvolvimento sustentável. E, nem tampouco o envolvimento da comunidade em redes de confiança e cooperação que poderiam colaborar para diminuição da desigualdade e exclusão social, podendo contribuir com soluções para os problemas relacionados ao emprego e a renda. Sabe-se que, a ampliação de futuros investimento na cidade está aliada aos índices confiança, que contribuem para a promoção da cooperação e de perspectivas de novos investimentos que tendem a crescer com a cidade, dentro de uma ótica mais igualitária e humana.

Capital social, associativismo e comportamento político

Entre os 440 entrevistados da pesquisa somente 14 indicaram que são filiados a algum partido político, isto representa 3,18% do contingente entrevistado. Os baixos índices de participação se tornam mais graves quando se considera a participação em atividades partidárias, destes apenas dois (02) entrevistados participam semanalmente das atividades do partido; (01) um participa mensalmente e quatro (04) anualmente. O restante, ou seja, sete (07) entrevistados, apesar de serem filiados aos partidos não participam de sua agenda em momento algum. Conforme esses dados, apenas 0,66% dos entrevistados

pode ser considerado militante, isto é, cidadãos que são filiados a algum partido político e que participam ativamente das atividades partidárias.

Relaciona-se a estes fatores a baixa confiança verificada entre os cascavelenses nos partidos políticos. Somente 8,5% dos entrevistados demonstraram possuir níveis positivos de confiança, 21,6% regular e 67,8% níveis negativos.

Outro destaque importante do comportamento político dos cidadãos cascavelenses pode ser observado na questão sobre a obrigatoriedade do voto. Quando indagados se votaria caso o voto não fosse obrigatório, 65,4% ou 288 entrevistados responderam positivamente, enquanto 33,8% ou 149 não votariam caso o voto fosse facultativo.

Quando perguntados sobre se trocariam o voto por algum tipo de favor pessoal, 82% assinalaram que não trocariam, 2,5% ficaram em dúvida e 13,8% trocariam, porém não votariam no candidato que os desrespeitou.

Estas duas últimas variáveis assinalam que sentimentos positivos em relação à importância do voto e das eleições são crescentes entre os cascavelenses. Esta evolução no comportamento político eleitoral aliada a uma educação política e incentivo à cidadania podem promover, no futuro, índices positivos de associativismo civil e capital social no município.

Conclusão

O objetivo deste estudo foi examinar os índices de associativismo civil e capital social em Cascavel. Para nortear as análises, foi sugerido que o associativismo civil pode oferecer sua parcela de contribuição para o desenvolvimento e fortalecimento da democracia das comunidades.

Sabe-se que o capital social e o associativismo são fatores de desenvolvimento econômico e servem como instrumento de combate à exclusão social. Nesta direção, não se pode dizer que a prática associativa, em si mesma, seja fator de integração social, isto é, fator gerador de mais capital social, de mais confiança mútua e de mais predisposição para mais cooperação. A geração dessas atitudes depende, também, da boa governança local e envolvimento das pessoas e instituições públicas e privadas. No entanto, nas análises foram observados índices baixos de capital social e associativismo no município de Cascavel, tendo em vista a participação em associações.

Em Cascavel, o incentivo ao associativismo e envolvimento comunitário pode contribuir para ampliar a qualidade de vida dos seus cidadãos em geral, como forma de canal representativo para demandas sociais junto às instituições públicas, para ampliar a organização civil, e conjugar esforços e parceria com as instituições privadas vislumbrando o desenvolvimento igualitário e sustentável.

Notas

- 1 Resultados de estudos vinculados à linha de pesquisa em Comportamento Político (Resolução N.º 081/2005-CEPE) e Grupo de Pesquisa em Comportamento Político da UNIOESTE - GPCP (Resolução N.º 073/2002-CEPE). Agradecimentos aos membros do GPCP: Elizabeth Maria Lazzarotto; Antonio Pimentel Pontes Filho; Geysler Rogis Flor Bertolni; Susana Baldissera e Thiago Raizel
- 2 A autora é doutora em Ciência Política pela UFRGS, pesquisadora e extencionista do CNPq, professora do Colegiado de Ciências Econômicas da UNIOESTE, líder do GPCP e Coordenadora do Núcleo de Pesquisas Avançadas em Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – NUPEACE. E-mail: knazzari@hotmail.com
- 3 O autor é mestre em Sociologia pela UFRGS, professor da UNIOESTE, pesquisador do GPCP. E-mail: otacilio@certto.com.br.
- 4 Os dados foram coletados por membros do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político – GPCP, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná no segundo semestre de 2004.
- 5 Neste ponto destaca-se o estudo de Ronald La Due Lake (2000 e 2001), sobre as implicações das redes e estruturas sociais dos vizinhos no contexto cívico e na participação política.
- 6 A correlação entre a confiança generalizada e a confiança nas instituições foi verificada no estudo de Rothstein (2002), sobre a Suíça. O autor observa que as instituições democráticas podem conduzir a uma confiança social interpessoal e vice-versa. Na comparação dos *surveys* analisados, o autor destaca a elevação dos índices de capital social naquele país.

Referências bibliográficas

- ABU-EL-HAJ, J. 1999. “Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – AN-POCS-BIB*, nº 47. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1º semestre de, p 5-94.
- AED. 2003.– *Agência de Educação para o Desenvolvimento*. Brasília, 2001. Disponível em: <www.aed.org.br>. Acesso em: 05 jan. p. 32.
- AVRITZER, L. 1997. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Revista Lua Nova*, nº 39.
- BAIERLE, S. G. 2000. A explosão da experiência-emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos. In: ALVAREZ, S, DAGNINO, E. e ESOBAR, A. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG.
- BAQUERO, M. 2001. (org.) *Reinventando a sociedade na América Latina. Cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: Universidade, p. 208.
- BAQUERO, M e BAQUERO, R. 2005. Nova Geração, nova política? O papel do capital social na formação cidadã dos jovens. In: *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*. Cascavel: Edunioeste, Vol. 4, Nº 6, 1º Sem, p. 131-146.
- BUARQUE, C. 2002. *Capital Moral*. Disponível em: <www.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/c_buarque/> Acesso em: 16 out. de 2002. p. 3.
- CITY BRAZIL. 2005. *Percorrendo o Brasil de A a Z*. Disponível em: <http://www.citybrazil.com.br/pr/regioes/cascavel/>. Acesso em: 05 nov.
- CHILCOTE, R. H. 1998. *Teorias de política comparativa – A busca de um paradigma reconsiderado*. Petrópolis: Vozes, p. 556.
- COLEMAN, J. S. 1988. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*. Vol 94, Supplement, p. 95-120.
- . 1990. *Foundations of social theory*. Cambridge, Harvard, University Press.
- DUMAZEDIER, J. e GUINCHAT, C. 1983. Associacionismo voluntário. In: *Dicionário de Política*. UNB: Brasília, p. 64-6.
- FUKUYAMA, F. 1995a. *Trust: The social virtues and the creation of prosperity*. New York: Free Press.
- _____. 1995b. Social capital and global economy. *Foreign Affairs*. Vol 74, nº 05, september/october, p. 89-103.
- GPCP. 2004. *Grupo de Pesquisa em Comportamento Político da Unioeste*. CNPq. Plataforma Lattes.
- IBGE. 2005. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados Municipais*. Disponível em: <www.ibge.gov.br >. Acesso em: 30 out.

- KRISHNA, A. 2000. Creating and harnessing social capital. In: *Social capital – a multifaceted perspective*. The World Bank, Washington, p. 71-93.
- LAKE, R. D. 2001. *Social capital in context: Implications of social capital networks structure and neighborhood context on civic and political participation*. Dissertation, chapter 3. Disponível em: <www.indiana.edu/~iupolsci/pplace/lake3.htm>. Acesso em: 22 fev. 25 p.
- _____. 2000. *Social interaction as a determinant of attitude strength: social capital, attitude rehearsal, and attitude-behavior processes*. Prepared for delivery at the 2000 Annual Meeting of the American Political Science Association. Washington, p. 23.
- LINHARES, C. B. 2004. *A emergência de uma nova demanda social – o associativismo no Brasil*: Disponível em: <www.democraciaparticipativa.org/Paginas/associativismo.htm - 18k >- Acesso em 21 de nov.
- NAZZARI, R. K. 2003. Capital Social, Cultura e Socialização Política: A Juventude Brasileira. Porto Alegre. *Tese de doutorado em Ciência Política*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 330p.
- PARGA, S. J. 2001. Transformaciones del conflicto, decline de los movimientos sociales y teoría del desgobierno. *Ecuador Debate*. Agosto, n. 53. Quito, p. 19-39.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL. 2005. *Dados Estatísticos*. Disponível em: <www.cascavel.pr.gov.br/ - 24k>. Acesso em: 15 de mai.
- PUTMAN, R. D. 1996. *Comunidade e democracia*. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, p. 260.
- RODRIGUES, R. 2001. *A Segunda onda cooperativa*, SESCOOP Serviço Nacional de aprendizagem do Cooperativismo, Dinâmica.
- ROTHSTEIN, B. 2002. Social Capital and Institutional Legitimacy. Presented at the 2000 Annual Meeting of the American Political Science Association. Washington DC. August 31 – September 3, p. 28. paper.
- SCHERER-WARREN, I. (1996) *Organizações voluntárias de Florianópolis* Florianópolis: Insular.
- _____. (1999). *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.
- SEN, A. (1999) *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras.
- SILVA, J. O. (2004). *Tocqueville: Estado e participação política*. In: *Mediações: Revista de Ciências Sociais*. Londrina: Edições Humanidades, (Vol. II, Nº. 9, p. 85-103)
- TRE. (2005). Tribunal Regional Eleitoral. *Dados Eleitorais*. Disponível em: www.tre-pr.gov.br>. Acesso em: 15 de nov.

- TURNER, J. H. (2000) *The formation of capital social*. In: Social capital – A Multifaceted Perspective. The World Bank, Washington, p. 96-146.
- VIANA, T. C. B. S. (2005). Da dádiva ao Estado nascente: um novo olhar sobre o associativismo civil em Florianópolis. Artigo apresentado no *Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Realizado no Rio de Janeiro no período de 02 à 06 de setembro de 2002. Disponível em: <www.lusoafro/cong>. Acesso em: 20 out.